



Resistir e Lutar pelos Valores de Abril

Com o aproximar do final de mais um ano de resistência e luta, a URAP saúda todos os seus associados, amigos, democratas e antifascistas, valorizando a sua participação nas imensas lutas, lado a lado com outros movimentos, em defesa dos serviços públicos, contra a guerra e pela paz. A URAP valoriza as inúmeras realizações, evocações, apresentação de livros e a dinamização de movimentos de cidadãos e de opinião pública, os quais reivindicam a instalação de um «Espaço de Memória» na Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, nos Açores; a criação do Museu Antifascista no Porto; a inauguração do Museu Nacional da Resistência e Liberdade no Forte de Peniche, em 27 de Abril de 2024, locais onde funcionaram sinistras cadeias do fascismo.

Ao entrarmos num novo ano, chegou o tempo de darmos mais força às comemorações populares dos 50 Anos do 25 de Abril, no actual contexto político e numa altura em que o governo foi exonerado e o Presidente da República marcou para 10 de Março as eleições para a Assembleia da República. Agora é hora de nos empenharmos na batalha de esclarecimento e informação do povo português para que vençam os valores de Abril.

Para tal, é necessário lembrar que o Governo PS sozinho, suportado pela sua maioria absoluta na AR, não respondeu nem solucionou os problemas do povo e do País, sempre secundado nas questões essenciais pelos partidos da direita e da extrema-direita (PSD, Chega e IL).

O Governo promoveu as privatizações e políticas de inspiração neoliberal que

agravaram todos problemas; o custo de vida teve um aumento brutal; os salários e pensões sofreram uma perda de poder de compra como há muito não se via; aumentou imenso o custo da habitação e dos produtos alimentares; as pessoas de menores rendimentos são as mais atingidas; os trabalhadores são os mais atingidos pelos impostos; o desemprego e os empregos precários ganham terreno; os jovens vêem o seu futuro comprometido e procuram a sua sorte no estrangeiro; os serviços públicos degradam-se rapidamente, designadamente o SNS, a Escola Pública e os serviços de segurança; os direitos sociais são substituídos pelos gestos caritativos.

O Orçamento do Estado não responde aos problemas essenciais do povo e do País. Ao contrário, os lucros da banca e dos grandes grupos económicos aumentam escandalosamente em espiral, em milhares de milhões de euros.

No plano político, os partidos de direita e da extrema-direita fascizante, demagogicamente, nas suas intervenções na AR e na comunicação social, escondem os seus reais interesses. O voto dos seus deputados na Assembleia da República, sempre apoiaram e promoveram a política de direita que destrói as condições de vida de quem vive do rendimento do seu trabalho e das suas famílias.

As eleições vão realizar-se numa situação de crescente agressividade dos partidos de direita fascista e fascizante, alavancadas pelos centros imperialistas, ligados ao militarismo belicista, orientados para a intensificação da exploração e opressão dos trabalhadores e dos povos, que dominam e manipulam em

seu favor o sistema financeiro, os meios de comunicação social e outros instrumentos do aparelho ideológico, político, económico e repressivo da sociedade capitalista contemporânea.

A sua atitude em relação aos conflitos que assolam o mundo é inequívoca, avivam por todo o lado as chamas da guerra, a desumanização das consciências e a repressão dos amigos da Paz, como o demonstra a sua cobertura à política de genocídio dos sionistas de Israel contra o povo palestino, com o bárbaro assassinato de muitos milhares de velhos, mulheres e crianças.

A Constituição da República Portuguesa nascida da Revolução de Abril consagra as liberdades individuais, os direitos sociais e a soberania nacional como valores inalienáveis e entende a Democracia como expressão da submissão do poder económico ao poder político e condição estruturante da organização económica, política, social, cultural e ambiental da nossa sociedade.

É dever de todos os democratas, e em particular dos antifascistas, defender os valores de Abril consagrados na Constituição e combater a sua corrupção pelas políticas de direita, que desde a primeira hora os têm combatido e adulterado, levando à perda de oportunidades de progresso e ao agravamento dos problemas do povo e do país.

É também fazer do voto, nas eleições de 10 de Março, uma arma de resistência e luta dos democratas e antifascistas contra as políticas de direita e por uma mudança que vá ao encontro da concretização dos Valores de Abril.

A URAP apela aos democratas e antifascistas que se empenhem na batalha eleitoral pelo reforço da representação parlamentar daqueles que nunca viraram as costas à luta contra todas as formas de exploração e opressão e em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

Em 10 de Março, resistir é também votar nos valores de Abril.

Joaquim Judas

VII ENCONTRO E DESFILE EM PENICHE

Centenas de pessoas participaram, em Peniche, no VII Encontro-convívio organizado anualmente na Fortaleza de Peniche, reafirmando a abertura do Museu Nacional Resistência e Liberdade a 27 de Abril de 2024 - Págs. 8 e 9

PAZ NO MÉDIO ORIENTE, PALESTINA INDEPENDENTE.

SOLIDARIEDADE EM TODO O PAÍS - Pág. 13

URAP PARTICIPA NO CONGRESSO DA FIR - Pág. 14

ANTIFASCISTAS ASSINALAM GOLPE DO CHILE ATRAVÉS DO CINEMA

A URAP evocou, através de debates e filmes, o 11 de Setembro de 1973 no Chile, quando um golpe militar apoiado pela CIA pôs fim à experiência democrática e progressista do governo de Unidade Popular (UP) de Salvador Allende e abriu caminho à ditadura de Augusto Pinochet.

A 11 de Setembro de 1973, o exército chileno, com suporte dos EUA, bombardeou o Palácio de La Moneda, sede do governo, e invadiu o edifício em destruição para retirar o presidente. Num acto heróico, Allende pôs termo à vida. Muitos chilenos foram fuzilados e presos. Ainda hoje centenas de chilenos estão desaparecidos e os seus corpos nunca foram encontrados.

O golpe militar banuiu os partidos políticos e organizações e perseguiu os democratas. Fez mais de 3000 mortos e desaparecidos e forçou 200 mil chilenos ao exílio. Durou até 1990, mas as suas repercussões sentem-se ainda hoje no país andino.

A UP, criada para as eleições presidenciais de 1970, era composta pelo Partido Socialista (PS), o Partido Comunista (PCC), o Partido Radical e outras agrupações mais pequenas.

Núcleos da URAP exibiram em vários locais «Chove em Santiago», do realizador



Helvio Soto, um filme franco-búlgaro, de 1975, que relata o golpe de Estado chileno. O título é uma palavra de código que os militares chilenos transmitiram para sinalizar o início do golpe. Com música de Astor Piazzolla, conta com interpretações de Jean-Louis Trintignant, Annie Girardot, Bibi Andersson, Henri Poirier, Nicole Calfan, entre outros.

O núcleo de Lisboa promoveu também sessões para exibição da trilogia «A Batalha do Chile – A Luta do Povo sem Armas»,



de Patrício Guzman, composta por: «A Insurreição da Burguesia», «O Golpe de Estado» e «Poder Popular».

Para além de Lisboa, também os núcleos de Almada (10 de Setembro), Moita (11 de Setembro), Figueira da Foz (31 de Outubro) e Algueirão-Mem Martins (12 de Dezembro) organizaram sessões. Nos debates participaram o chileno Alfonso Villarga, César Roussado, Domingos Lobo, Gustavo Carneiro, Joana Gonçalves, Joaquim Judas, José Goulão e Vítor Dias.

CICLO «O CANTO NA RESISTÊNCIA» NA MOITA

O núcleo da URAP do Concelho da Moita promoveu o III ciclo de cinema cujo tema é «O Canto na Resistência», integrado nas comemorações dos 50

anos do 25 de Abril. O ciclo iniciou-se no sábado, 25 de Novembro, na Baixa da Banheira, com um almoço seguido de uma intervenção de Francisco Fanhais e a projecção de um filme sobre a vida e obra de Zeca Afonso. A 2 de Dezembro foi a

vez de José Mário Branco ser destacado num filme, com momento musical de Vítor Sarmento. No dia 9, em Alhos Vedros, o filme versou sobre Adriano Correia de Oliveira e houve ainda uma exposição e um momento musical com Carlos Alberto Moniz.

URAP

URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**

REDACTORA **LUÍSA TITO DE MORAIS**

PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**RUA DA BENEFICÊNCIA Nº 239-A, 1600-019 LISBOA •
TELEFONE 213 576 083**

DEPOSITO LEGAL: 357338/18



URAP nas escolas

Afirmar Abril e os seus valores



Torres Novas



Palmela



Lisboa

Desde o início do ano lectivo que a URAP retomou o seu diálogo com os estudantes visando passar um testemunho sobre o que foi o fascismo, o 25 de Abril e a democracia em Portugal.

Em **Torres Novas**, realizaram-se em três sessões, nas quais estiveram cerca de 150 alunos e uma dezena de professores, nas escolas secundárias Maria Lamas e Artur Gonçalves, com a presença de José Pedro Soares, coordenador da URAP, e Margarida Moleiro, do Museu Municipal da cidade, para assinalar os 130 anos do nascimento de Maria Lamas.

Maria Lamas (6 de Outubro 1893/6 Dezembro 1983), escritora, tradutora e jornalista, natural de Torres Novas, foi uma notável cidadã antifascista presa por

três vezes pela PIDE e depois impedida pelo governo de exercer a sua actividade no jornal “O Século”. Esteve exilada em França, continuando a luta pela liberdade, a defesa dos direitos das mulheres e da paz. Após o 25 de Abril prosseguiu a sua actividade até ao final da vida aos 90 anos.

Em **Torres Vedras**, o coordenador da URAP, José Pedro Soares, deslocou-se, dia 13 de Outubro, à Escola Henriques Nogueira, para, na presença de professores e dezenas de alunos do 12.º ano, falar sobre fascismo, democracia e nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Em **Palmela**, Adílio Costa, do Conselho Nacional da URAP, esteve no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, dia 14 de Setembro, a conversar com alunos de

quatro turmas do 3º ciclo, no âmbito do Dia da Recepção aos Alunos da Escola Hermenegildo Capelo, sobre a conquista da liberdade e da democracia em Abril de 1974.

Em **Lisboa**, Eugénio Ruivo, do Conselho Nacional, participou em duas sessões organizadas pelo Centro de Educação e Desenvolvimento (CED) Nossa Senhora da Conceição, da Casa Pia de Lisboa, a 13 de Novembro. Perante 180 alunos, no âmbito das comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, referiu a necessidade de “educar as novas gerações sobre a importância da liberdade”. Foi também orador, convidado pelo CED, o ex-presos político Alberto Franco. Interveio igualmente a directora do Centro, Mafalda Nunes.

SESSÃO PÚBLICA DE AFIRMAÇÃO DOS IDEAIS ANTIFASCISTA, EM VISEU



O núcleo de Viseu e Santa Comba Dão da URAP, representado por António Vilarigues, convidou o coordenador, José Pedro Soares, para intervir numa sessão pública de afirmação dos ideais antifascistas, dia 30 de Setembro, sobre a intenção de criar um espaço de memória, em Santa Comba Dão, ao ditador Salazar.

O coordenador da URAP introduziu o debate fazendo um historial do assunto em questão, ou seja as diversas tentativas por parte da autarquia de Viseu de criar um museu dedicado ao ditador Salazar, em Santa Comba Dão, usando o nome de Centro Interpretativo. Defendeu que por todo o país se ergam espaços de memória e roteiros antifascistas que preservem actos e pessoas que combateram a ditadura fascista que oprimiu Portugal durante 48 anos.

EVOCAÇÃO DAS NACIONALIZAÇÕES EM SETÚBAL



A URAP, a Associação Conquistas da Revolução e a União dos Sindicatos de Setúbal evocaram, dia 1 de Outubro, por ocasião do aniversário da CGTP-IN, a importância das nacionalizações levadas a cabo pelo processo revolucionário iniciado em Abril de 1974.

A iniciativa decorreu na Praça de Portugal, em Setúbal, junto ao monumento erguido pelo trabalho voluntário dos operários da Setenave, com o apoio da autarquia.

O ex-trabalhador da Setenave, Raúl Figueiredo, fez a intervenção de fundo sobre a história da construção do monumento. Pela URAP estiveram presentes Carlos Mateus, do Conselho Directivo, e Pedro Soares, do núcleo de Setúbal / Palmela assim como os autarcas André Martins, presidente da Câmara de Setúbal, e Nuno Costa, presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião. Entreviaram ainda Manuel Begonha, da Associação Conquistas da Revolução (ACR) e Luís Leitão, da CGTP-IN/USS.

URAP Barreiro organiza visita a «Lugares da Resistência Antifascista»

No âmbito da celebração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, o núcleo da URAP do Barreiro convidou, dia 30 de Setembro, o ex-presos político Faustino Reis e professores de várias escolas da cidade para uma visita a «Lugares da Resistência Antifascista no Barreiro».

Os participantes percorreram alguns dos muitos lugares simbólicos da luta antifascista no Barreiro, onde se registaram acontecimentos de resistência à ditadura de Salazar e Caetano e falaram sobre as lutas travadas nesses locais pela população barreirense. Foi entregue a todos os professores um folheto de suporte à visita no qual figuram os doze locais que fazem parte do circuito «Lugares da Resistência Antifascista no Barreiro».

Os doze «Lugares» são: oficinas ferroviárias, Rua da Bandeira, Rua António José de Almeida, Casa de Manuel Cabanas, Parque Catarina Eufémia, Luso Futebol Clube, Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Teatro Cine-Barreirense, Pensão Barreiro, Praça de Santa Cruz, Largo Alexandre Herculano e Largo 3 de Maio.



URAP em manifestações para defender habitação para todos e aumento de salários



A 16 de Setembro, a URAP participou em acções em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

A 30 de Setembro, a URAP integrou a manifestação «Uma casa para viver», que decorreu em diversas localidades do país.

Também a 11 de Novembro, na manifestação nacional, convocada pela CGTP-IN para exigir melhores salários e trabalho com direitos, a URAP esteve presente.

Para a URAP, os direitos à saúde, à habitação e a um salário digno são fundamentais, inscritos na Constituição da República. Ter participado nos protestos foi defender a democracia, foi defender Abril.

EM PENICHE NASCE O PROJECTO 50 ANOS/50 HISTÓRIAS PARA COMEMORAR ABRIL

A URAP, o Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL), a Câmara Municipal de Peniche (CMP) e a rádio 102FM, com o apoio da Mútua dos Pescadores, vão comemorar a revolução de Abril, em Peniche, com o «Projecto 50 anos/50 histórias», que consiste na recolha, em áudio e em vídeo, de testemunhos, na primeira pessoa, de naturais ou residentes em Peniche, ex-presos políticos na Fortaleza e seus familiares.

Iniciado em Maio de 2023, o Projecto emite semanalmente até Abril de 2024, durante 50 semanas, um depoimento/testemunho, na rádio 102FM. As gravações irão fazer parte dos arquivos da 102FM, do MNRL, da CMP e da URAP.

Pretende-se que sejam abordados testemunhos sobre as condições sociais, económicas e políticas; as lutas travadas, particularmente dos pescadores; a Oposição Democrática, as eleições de 1969 e 1973; as actividades culturais do CICARP e da Humos, antes do 25 de Abril.

Jornada Memória e Resistência

A URAP e o Foro Por La Memoria de Huelva organizaram, dia 25 de Novembro, a jornada Memória e Resistência, que contou com o apoio da Casa do Alentejo, em Lisboa, com o objectivo de recordar o fascismo em Portugal e em Espanha, a repressão e os combatentes pela liberdade.

Do programa constou uma visita ao Museu do Aljube, guiada pelos resistentes Domingos Abrantes e Conceição Matos, e por César Roussado; um almoço seguido de um debate com Félix Toscano e Cristobal Garcia (do Foro por la Memoria), José Pedro Soares e Domingos Abrantes; a exibição do filme «A Partida». No dia seguinte, a delegação espanhola visitou o monumento em memória de Catarina Eufémia, em Baleizão.



URAP na Feira do Livro e do Disco Políticos, em Setúbal

A URAP contou com um pavilhão de venda de livros, editados pela organização, na Feira do Livro e do Disco Políticos, que decorreu no Cais 3, em Setúbal, de 26 a 29 de Outubro, por iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal.

Organizado pelo núcleo da URAP Setúbal-Palmela, o pavilhão levou a cabo, dia 29, a apresentação do livro «A caminho do 25 de Abril - 50 anos do 3.º Congresso da Oposição Democrática», convidando Joaquim Judas, do Conselho Nacional, para falar sobre a obra.

Para este evento cultural, a URAP cedeu a exposição itinerante sobre o 25 de Abril, em tamanho outside.

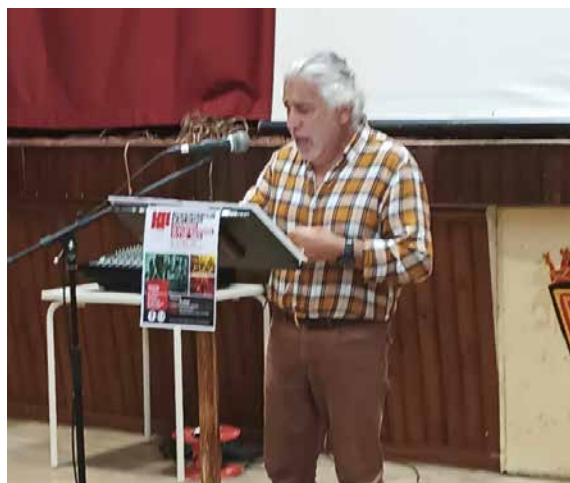
O certame, com curadoria do jornalista Pedro Tadeu, contou com apresentações de obras literárias, encontros com autores, palestra e exposição de artigos de editoras e livrarias, a par de concertos e de uma área infantil, com o objectivo de abordar, sob diversas formas, a produção cultural política do país.



A Feira do Livro e do Disco Políticos, que a Câmara Municipal de Setúbal organizou pela primeira vez, está incluída no projecto Venham Mais Vinte e Cincos, que assinala os 50 anos do 25 de Abril, contempla uma programação abrangente e ecléctica, dirigida a todos os públicos, colocando a tónica na promoção de obras políticas e da música de intervenção.

A zona de expositores contou com as participações de Livraria Bertrand, Livraria Culsete, Ephemera, Associação José Afonso, Restart Vinil, Tradisom – Editora Discográfica, Edições Avante/Página a Página – Divulgação do Livro, SA, Editora Gato Bravo, Método & Argumento – Livros Usados, Edições Tinta-da-China, Museu do Trabalho Michel Giacometti, Biblioteca Pública Municipal de Setúbal e URAP.

URAP Moita em almoço comemorativo das eleições de 1973



O Núcleo da URAP da Moita reuniu, dia 28 de Outubro, 60 sócios e amigos para evocar o comício da CDE da campanha eleitoral de 1973 no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira.

Adilo Costa, do Conselho Nacional da URAP, que foi candidato a deputado nas listas da CDE, e os membros da então comissão recenseadora Eduardo Pires, Francisco Monte e Marcolino Fernandes falaram aos presentes sobre a farsa eleitoral da última campanha eleitoral da era fascista e sobre o aproveitamento da campanha eleitoral por parte da CDE para esclarecer o eleitorado.

Almoço-convívio em Almada



Cinquenta sócios e amigos do núcleo da URAP de Almada participaram num almoço/convívio, dia 3 de Dezembro, na ARPCA, onde participou o coordenador da URAP, que destacou os objectivos que norteiam o trabalho da organização na preservação da memória da resistência ao fascismo.

José Pedro Soares referiu ainda as batalhas eleitorais que vamos ter pela frente em 2024 e alertou para a necessidade de pelo voto, verdadeiramente útil, se travar os projectos da direita, defender a democracia e os valores de Abril.

Carlos Mateus, responsável pelo Núcleo de Almada, falou sobre o trabalho desenvolvido pelo núcleo, nomeadamente na preparação, em parceria com o MDM e o CPPC, das comemorações populares dos 50 anos do 25 de Abril.

O também membro do Conselho Directivo da URAP considerou que nas acções a realizar devem envolver o movimento associativo do concelho e a população em geral. Assinalou também a necessidade do desenvolvimento da luta e do aumento de sócios da URAP, nomeadamente de jovens.

No almoço, venderam-se 18 livros de várias edições da URAP e inscreveram-se cinco novos sócios na organização.

Várias edições em destaque

URAP apresenta livros por todo o País

As apresentações dos livros editados pela URAP continuam a constituir importantes momentos de esclarecimento acerca da natureza do fascismo, a repressão, a resistência, a revolução e a defesa das conquistas e valores de Abril.

A 25 de Novembro, na Biblioteca Municipal do **Crato**, foi apresentado o livro «Elas estiveram nas prisões do fascismo», por Margarida Machado (do Conselho Nacional) e Vitalina Sofio, do núcleo de Portalegre. Ambas referiram-se à vida antes do dia 25 de Abril de 1974 e partilharam momentos duros que viveram no tempo do fascismo.

A vereadora da Câmara Municipal do Crato, Florinda Raposo, saudou o trabalho da URAP de recolha da memória, a sua importância no contexto actual, e lembrou que no dia 25 de Novembro se comemorava o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

A mesma obra esteve em destaque numa sessão em Massamá, concelho de Sintra, realizada no dia 8 na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de **Massamá** (ARPIM). A sessão, na qual estiveram presentes cerca de 40 pessoas, maioritariamente mulheres, foi presidida por José Coelho, do Conselho Nacional da URAP, cabendo a Conceição Matos abordar o conteúdo do livro e relatar aspectos da sua própria prisão. em 1965. Presa a 21 de Abril desse ano, ficou um ano e meio no Forte de Caxias, sendo vítima de alguns dos métodos de tortura mais cruéis e humilhantes praticados pela PIDE.

Com uma capa na qual se vê Albina Fernandes e o seu filho Rui Pato, uma das muitas crianças detidas com os pais nas cadeias do fascismo, este livro divulga as organizações femininas existentes à



época, cartas às organizações femininas e democráticas do mundo inteiro; fala das mães que caminharam para as prisões, de diversos aspectos da vida prisional e publica uma crónica de um tempo sombrio.

Termina com a chegada de Abril, da liberdade, da democracia, do reconhecimento legislativo da igualdade – na prática ainda não totalmente conquistada – e fornece alguns dados estatísticos para os anos de 1934 a 1974.

O livro «50 anos do 3.º Congresso da Oposição Democrática. Aveiro '73» foi apresentado em três sessões: dia 25 de Novembro em **Alcochete**; no dia 23 na Sala Sá de Miranda da Casa Municipal de Cultura de **Coimbra**, com a participação de José Pedro Soares, Jorge Seabra e Esmeralda Cardoso (Nina), do núcleo de Coimbra; e, dia 18, no Grémio Povoense, na **Póvoa de Santa Iria**, em que interveio o ex-prespo político Eduardo Baptista.

Mineiros de Aljustrel

A URAP foi uma das 18 entidades que apoiou a edição do livro «100 Anos do fundo à superfície», sobre a greve de quatro meses dos mineiros de Aljustrel, no Inverno de 1922, apresentado ao público, dia 1 de Novembro, no Sindicato dos Mineiros, em Aljustrel, e a 18 do mesmo mês na Casa do Alentejo em Lisboa.

O livro reproduz a exposição que esteve patente nas instalações do Sindicato dos Mineiros, em Aljustrel, em 1 de Novembro de 2022, organizada por um grupo de aljustrelenses, que assinalou o centenário deste acontecimento, e que regista para memória futura as lutas dos mineiros por melhores condições de trabalho e salários justos.



Conselho Nacional da URAP debate comemorações do 25 de Abril de 2024

O Conselho Nacional (CN) da URAP, eleito a 27 de Maio passado, realizou a primeira reunião, dia 23 de Setembro, na Casa do Alentejo, em Lisboa, com a presença de mais de 50 dirigentes vindos de todo o país onde a URAP mantém actividade, dinamizada pelos respectivos núcleos.

Os conselheiros debateram a acção da URAP, que vai ser virada essencialmente para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Nesse sentido, a URAP apelou “aos seus associados, ao movimento associativo, às forças democráticas, a todos e a cada um para que encontrem na sua terra, no seu local de trabalho, na sua associação ou entre amigos a melhor forma de participar e organizar as celebrações populares dos 50 anos do 25 de Abril”.

Segundo a resolução final do CN, intitulada ‘Viver, lutar e celebrar os 50 anos do 25 de Abril’, “são muitas e fortes as razões para se evocar e celebrar os 50 anos do 25 de Abril. Fortes as razões para continuar a luta para defender as conquistas atacadas por mais de quatro décadas de política de direita. Fortes as razões para exigir o direito à habitação e continuar a luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e da Segurança Social”.

Durante a reunião identificaram-se as linhas de ataque às conquistas e ideias de Abril que é preciso combater, e foi lançado um apelo para que se organizem eventos que recordem as muitas actividades dos núcleos, usando “o trabalho de pesquisa (...) na Torre do Tombo e outros arquivos no levantamento dos presos da PIDE”.

O documento do Conselho Nacional apontou como linhas de trabalho a realização de sessões para apresentar a actividade editorial da URAP; as actividades junto das escolas e universidades; as comemorações populares, desfiles e manifestações no dia 25 de Abril; a realização, a 26 de Abril de 2024, de uma conferência, em Lisboa, com o lema ‘50 anos do 25 de Abril, democracia e liberdade, fascismo nunca mais’.

Sem esquecer a inauguração do Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche, a 27 de Abril de 2024; a criação do Museu da Resistência Antifascista no Porto; a instalação de um “Espaço de Memória” na Fortaleza de Angra do Heroísmo, o documento considerou que a URAP deve comemorar Abril “nos combates de todos os dias”.



A reunião do Conselho Nacional debruçou-se sobre tarefas que estavam colocadas no imediato, como o encontro de 5 de Outubro em Peniche, o Encontro pela Paz em Vila Nova de Gaia e a campanha de fundos para aquisição da nova sede da URAP.

O documento final do CN termina apelando a que “celebrems o 25 de Abril, o Dia da Liberdade e início do processo transformador que se lhe seguiu, festejemos este relevante marco histórico que enfrentou e derrotou a opressão fascista, as guerras coloniais e o colonialismo, melhorando as nossas vidas, o país e o mundo”.

VII Encontro-con reafirma inauguração do m



O coordenador da URAP, a directora do Museu Nacional da Resistência e Liberdade (MNRL) e ex-presos políticos e familiares intervieram, dia 5 de Outubro, no VII Encontro-convívio organizado anualmente pela URAP na Fortaleza de Peniche, reafirmando a inauguração do museu a 27 de Abril de 2024.

O encontro, que contou com a colaboração do MNRL, realizou-se no interior das muralhas do forte, apesar das obras que estão a decorrer no local, foi promovido por ex-presos políticos, familiares e outros democratas, e teve a participação de centenas de pessoas oriundas de diversos pontos do país.

José Pedro Soares, o primeiro orador, saudou os ex-presos políticos, as famílias, os antifascistas, a directora do museu, os técnicos, as entidades públicas e todos aqueles que têm contribuído para que o museu seja uma realidade a muito curto prazo. O coordenador da URAP sublinhou a grande actividade da organização, as centenas de sessões realizadas em todo o país, nomeadamente nas escolas, onde tem sido muito divulgada a inauguração do museu a 27 de Abril do próximo ano.

Aida Rechena, que encerrou a sessão, manifestou a convicção de que o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade será inaugurado na data prevista, tendo realçado o empenho das várias equipas envolvidas nos trabalhos preparatórios, incluindo altos responsáveis do Ministério da Cultura.

A directora do museu destacou a importância dos conteúdos que estão a ser trabalhados para que qualquer visitante, nomeadamente jovens ou estrangeiros, percebam o que foi o peso da repressão antes do 25 de Abril e o que aconteceu posteriormente.



Fazedores da liberdade

Interveio igualmente Domingos Abrantes, ex-presos político, lutador pela liberdade e membro do Conselho Executivo do MNRL. O orador destacou a importância do museu como testemunho do passado de repressão mas também na construção do futuro, sublinhando que “a resistência e a luta pela liberdade não foi só de ontem é também do futuro”.

«Há por aí alguns a afirmar que o 25 de Abril é de todos (...)», disse, lembrando que houve fazedores da liberdade assassinados, que passaram longos anos nas prisões fascistas e na clandestinidade». Para Domingos Abrantes, a inauguração do MNRL vai ser o principal acontecimento das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Silvina Miranda e Lucinda Saboga, filhas de ex-presos políticos, testemunharam, de forma muito emotiva, os anos difíceis da clandestinidade, das prisões e da privação da ausência dos pais.

No final do encontro, que fora presidido por Teresa Lopes, houve um momento cultural com o Coral Stella Maris, de Peniche, dirigido pelo maestro Carlos Alves. Foram interpretadas três obras: canto popular alentejano - “Que Bonito Seria”; canção erudita - “Acordai”, de Fernando Lopes Graça, e “Balada do Outono”, de José Afonso. A terminar, o coro e os presentes entoaram em conjunto a canção Grândola Vila Morena, também de José Afonso.

Encontro em Peniche Museu a 27 de Abril de 2024



Pela liberdade, a paz e a memória

A jornada iniciou-se com um almoço na Cantina da Câmara Municipal de Peniche, organizado pelo núcleo da URAP desta cidade, seguindo-se um grande desfile até à fortaleza. Foram gritadas diversas palavras de ordem em defesa da liberdade e democracia, contra o fascismo, em defesa do serviço nacional de saúde, do trabalho digno, do ensino e da cultura.

O encontro de Peniche foi também uma acção de luta, em defesa da liberdade e da democracia, ameaçadas por diversos sectores da direita e extrema-direita, alguns de cariz fascizante, que pretendem destruir a Constituição da República que inscreve direitos fundamentais como o da habitação, saúde, educação e trabalho com dignidade.

Falou-se também de paz, para que cessem os vários conflitos presentes em diferentes partes do mundo, desde logo nas guerras ou conflitos que ocorrem na Europa, no Médio Oriente, em África e na América Latina.

A URAP está presente e apoia as causas da Paz. Por isso participa nos encontros e manifestações a favor da paz que visam contribuir para a promoção da mobilização e intervenção em defesa da paz e da cooperação internacional, pela rejeição do militarismo, da corrida aos armamentos e da guerra.

Os democratas portugueses têm uma longa tradição de luta pela paz nos vários conflitos que ocorreram e/ou ocorrem no presente e souberam sempre associar-se aos democratas e antifascistas de todo o mundo de forma consequente e determinada tendo contribuído para as soluções de paz que foram encontradas.

O VII Encontro-convívio em Peniche comemorou, uma vez mais, a vitória dos democratas que obrigaram o governo a desistir da intenção de concessionar as instalações do Forte a um grupo hoteleiro para aí construir um hotel de luxo e, em vez disso, instalar naquele espaço o Museu Nacional Resistência e Liberdade cuja inauguração irá decorrer no próximo ano, por ocasião das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.



Vidas que a morte não apaga

Nos meses decorridos sobre a edição do último boletim da URAP desapareceram alguns destacados antifascistas, cuja vida e dedicação à luta pela liberdade e a democracia permanecem como exemplos inapagáveis: Margarida Tengarrinha, Mário Moutinho de Pádua, Mário Brochado Coelho e Manuel Gusmão. Curvamo-nos perante a sua vida dedicada à luta contra o fascismo e à construção da democracia, e enviamos às respectivas famílias e amigos os mais sentidos pêsames.

Margarida Tengarrinha,

resistente antifascista, artista, escritora, professora, ex-deputada à Assembleia da República, militante e dirigente do Partido Comunista Português morreu, dia 26 de Outubro, no Hospital de Faro, Algarve, aos 95 anos.

Nascida em Portimão, a 7 de Maio de 1928, Maria Margarida Carmo Tengarrinha iniciou a sua militância política em 1948, no MUD Juvenil, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL).

Já em 1952, foi expulsa da ESBAL, proibida de frequentar todas as faculdades do país e impedida de leccionar na Escola Preparatória Paula Vicente, onde era professora, devido à sua actividade na luta pela paz, pelo desarmamento nuclear e contra a reunião ministerial da NATO em Lisboa.

No mesmo ano, tornou-se militante do PCP e, em finais de 1954, passou à clandestinidade com o seu companheiro José Dias Coelho, assassinado em 1961 pela PIDE. Criaram, em 1955, uma «oficina» de produção de documentos de identificação e outros necessários à intervenção clandestina do Partido. Experiência que relata no livro autobiográfico «Memórias de uma falsificadora: a luta na clandestinidade pela liberdade em Portugal», de 2018.

Entre 1962 e 1968 viveu em Moscovo, onde trabalhou com Álvaro Cunhal; mais tarde na Roménia, onde foi redactora da Rádio Portugal Livre; regressando em 1968 a Portugal como clandestina. Trabalhou, então, na redacção dos jornais «Avante!» e «A Terra». Elaborou igualmente um jornal interno, «A voz das Camaradas», destinado às mulheres funcionárias do Partido.

Membro do Comité Central do PCP desde Maio de 1974 até 1988. Após o 25 de Abril de 1974 foi membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Foi deputada à Assembleia da República nas III e IV legislaturas, entre 1979 e 1983.

Integrava actualmente a Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e participou em iniciativas conjuntas com a URAP.

Mário Moutinho de Pádua,

médico, resistente antifascista e sócio da URAP, um dos primeiros desertores da guerra colonial, morreu dia 22 de Setembro num hospital em Lisboa, aos 87 anos, após doença prolongada.

Mobilizado para Angola em 1961, logo após a sua licenciatura em medicina, em Coimbra, Mário Pádua escreveu um diário que se transformou num libelo de acusação da Guerra Colonial, depois de desertar com o Cabo Pinto, numa acção muito arriscada, para o Congo ex-Leopoldville. Fez, em 1962, um relato à ONU dos crimes do colonialismo português.

Membro do Partido Comunista português desde 1959, viveu na Checoslováquia e depois na Argélia, onde se juntou à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Em 1966, foi convidado pelo líder do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Amílcar Cabral, para ir dar apoio ao PAIGC, na qualidade de médico. Mais tarde, em 1969, iria para Paris onde se especializou em Hematologia Clínica.

Depois do 25 de Abril veio para Portugal, tendo sido reintegrado no Exército português onde prestou serviço no Estado Maior das Forças Armadas. Desmobilizado, integrou o Grupo de Apoio à Reforma Agrária. Foi membro da presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Mário Moutinho de Pádua escreveu vários livros: «Guerra de Angola - Diário de um Médico em Campanha», «No Percurso de Guerras Coloniais», «A Estrada de Mil Léguas», «Insurreição – Os anos Dourados do Colonialismo», «O Grande Conluio contra a Reforma Agrária» e «Manuel e a sua Família». Escreveu ainda alguns artigos da sua actividade hospitalar.



Manuel Gusmão,

poeta, ensaísta, professor universitário e intelectual comunista, morreu, dia 9 de Novembro, em Lisboa, aos 77 anos.

Nascido em Évora, no dia 11 de Dezembro de 1945, Manuel Gusmão licenciou-se em Filologia Românica, em 1970, pela Universidade de Lisboa. Estreou-se como poeta em 1990, com a publicação de «Dois Sóis, A Rosa - À Arquitectura do Mundo».

Um dos maiores nomes da literatura e da cultura portuguesa contemporânea, Manuel Gusmão dirigiu a revista «Caderno Vermelho», do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP, desde o primeiro número, em 1996.

Foi ainda redactor das revistas «O Tempo e o Modo», «Letras e Artes», «Crítica» e «Seara Nova» e fez parte do Conselho Editorial da Revista «Vértice».

Manuel Gusmão foi membro do Comité Central do PCP, da Direcção da Organização Regional de Lisboa, do Secretariado da Célula dos Professores da Organização Regional de Lisboa e mais tarde do Secretariado de Artes e Letras, bem como da Direcção do Sector Intelectual do PCP. Era actualmente membro da Comissão Nacional da Cultura junto do Comité Central do PCP.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Évora em 1975 e à Assembleia da República entre 1976 e 1979, Manuel Gusmão foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, membro do Conselho da Comunicação e, em 2004, mandatário ao Parlamento Europeu.

Ao longo da sua carreira recebeu o Prémio do PEN Clube Português para Melhor Obra de Poesia, em 1997; o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e o Prémio de Poesia Luís Miguel Nava relativos a 2001; o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho, em 2011; o Prémio de Poesia António Gedeão, em 2014.

Em 2019, foi distinguido com a Medalha de Mérito Cultural como reconhecimento do Governo português pelo «inestimável trabalho de uma vida dedicada à produção literária e à poesia, difundindo amplamente, em Portugal e no estrangeiro, a Língua e a Cultura portuguesas, ao longo de mais de cinquenta anos».



Mário Brochado Coelho,

resistente antifascista e advogado, que integrou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e foi advogado de muitos presos políticos, morreu dia 23 de Novembro, no Porto, aos 84 anos.

Expulso por motivos políticos da Universidade de Coimbra, no final dos anos 50, concluindo a licenciatura em Lisboa, pertenceu ainda ao Cineclube do Porto, à Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, à Unicepe e à Cooperativa Cultural Confronto, de que foi fundador. Foi ainda advogado do Sindicato dos Bancários do Norte, tendo participado na criação da CGTP-IN.

Entre os presos políticos que defendeu nos Tribunais Plenários do Porto e Lisboa encontra-se Joaquim Pinto de Andrade, presidente de honra do MPLA. Ficaria célebre a sua leitura do depoimento no Tribunal Plenário da Boa-Hora, em 1971.

Após o 25 de Abril foi um dos promotores do Tribunal Cívico Humberto Delgado, criado a partir da impunidade dos crimes da PIDE/DGS, incansável na busca pela verdade do assassinato à bomba do padre Max e da estudante Maria de Lurdes, em Abril de 1976, perto de Vila Real. Desenvolveu trabalho cívico, dando apoio jurídico a várias associações de moradores do Grande Porto e no processo de construção de habitação do SAAL Norte. Foi ainda autarca no Porto, em 1977 e 1981.

Em 2005 foi condecorado com a Ordem da Liberdade, pelo Presidente Jorge Sampaio, e em 2015, a Medalha Municipal de Mérito - Grau Ouro da Câmara Municipal do Porto.



III Encontro pela Paz, em Vila Nova de Gaia, com a participação da URAP

O III Encontro pela Paz decorreu, dia 28 de Outubro, no Pavilhão Municipal Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia, com a participação da URAP, terminando com a aprovação do Apelo à Defesa da «Paz Nos 50 anos de Abril, pela paz todos não somos demais!». Teresa Lopes e Carlos Mateus, ambos do Conselho Directivo, foram os oradores da URAP no encontro, que reuniu cerca de 800 pessoas.

A sessão de abertura prestou solidariedade aos palestinianos vítimas de numa guerra que está a dizimar a população da Faixa de Gaza - materializada nas intervenções dos oradores e no porte dos tradicionais lenços brancos e pretos da Palestina -, contou com as intervenções de Eduardo Victor Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e de Ilda Figueiredo, presidente da Direcção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), que propôs o encontro.

Teresa Lopes, que integrava a mesa, falou na sessão da manhã do encontro, denominada Paz e Desarmamento. Após caracterizar a URAP como «uma associação que tem como objecto a história e a memória da luta e resistência dos portugueses contra a opressão, pela liberdade e a democracia, contra o esquecimento e o branqueamento do fascismo e seus crimes (...)», lembrou que foi o 25 de Abril de 1974 que permitiu a paz nas colónias portuguesas após 13 anos de luta dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor.

Depois de citar os primeiros dois pontos do Art.º 7.º da Constituição da República Portuguesa, Teresa Lopes recordou que o governo se recusa a assinar o Tratado de Proibição das Armas Nucleares. Referindo-se ao actual conflito que grassa no Médio Oriente, disse que a URAP «manifesta a sua solidariedade para com as vítimas inocentes da Palestina e de Israel e reclama à comunidade internacional para obrigar o governo da extrema-direita de Israel a parar com o genocídio e a cumprir as resoluções das Nações Unidas».

Forte participação da URAP

Carlos Mateus, que interveio no período de debate, realçou a participação da URAP no encontro, «com cerca de 300 sócios e amigos inscritos e vindos de todo o país (...) tomando posição inequívoca contra o militarismo e a permanente corrida aos armamentos, pela solidariedade entre os povos e a resolução pacífica dos conflitos, pela dignidade e respeito pela vida humana».

O orador fez um breve relato do trabalho da URAP, destacando «a criação do Museu Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche, (...) cuja inauguração está prevista para o dia 27 de Abril de 2024»; as diligências para a «transformação da antiga sede da PIDE no Porto, na Rua do Heroísmo, em museu»; a intervenção «na denúncia dos perigos que para a democracia representa a ascensão, desde logo em Portugal e na União Europeia, de forças neofascistas e de extrema-direita, xenófobas, racistas e belicistas (...) e mais recentemente com o inqualificável prosseguimento da escalada genocida do povo palestiniano».



Convergência de vontades

Após as sessões da tarde - Cultura e Educação para a Paz; e Solidariedade e Cooperação -, foi aprovado o Apelo à Defesa da Paz, que salienta a «oportunidade e a importância do encontro, num momento tão complexo da situação internacional» e chama à «convergência de vontades para a acção em defesa da paz, considerando-a essencial à vida humana e uma condição indispensável para a liberdade, a soberania, a democracia, os direitos, o progresso social e o bem-estar dos povos – para a construção de um mundo melhor para toda a Humanidade».

No final, no exterior do pavilhão, realizou-se um acto de solidariedade com a Palestina e o seu povo, pela paz no Médio Oriente.

O encontro de Vila Nova de Gaia segue-se a um primeiro encontro em Loures, em 20 de Outubro de 2018, e em Setúbal, em 5 de Junho de 2021. Para além do CPPC, organizaram e participaram representantes da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; da CGTP-IN; da FENPROF; da JOC; do MDM; do Movimento dos Municípios pela Paz; do MPPM; da Obra Católica Portuguesa de Migrações; das câmaras municipais de Setúbal, Évora (coordenadora em Portugal de Mayors of Peace) e Vila Nova de Gaia; e da URAP.



É URGENTE PARAR A GUERRA EM GAZA! É URGENTE PÔR FIM AO MASSACRE!

O Mundo assiste, em pleno século XXI, a um dos grandes genocídios da humanidade: o ataque de Israel à Faixa de Gaza.

À data em que estas linhas são escritas, contabilizavam-se desde 7 de Outubro 15.000 palestinianos mortos, entre os quais 6.150 crianças, mais do dobro de feridos, 7.000 desaparecidos, cidades e aldeias destruídas por combates aéreos e marítimos e, desde o final desse mês, também com uma ofensiva terrestre.

Naquele período, foram mortos 207 profissionais de saúde, 26 membros da protecção civil, 70 jornalistas e mais de uma centena de funcionários das Nações Unidas. A população foi empurrada para o sul de Gaza, onde vive em campos de refugiados e, mesmo assim, não escapa a constantes bombardeamentos israelitas.

Os países amantes da paz, as Nações Unidas, sentem-se impotentes perante este massacre e, apesar da trégua de alguns dias, negociada pelo Qatar, que permitiu a troca de prisioneiros por ambas as partes, e a entrada de veículos com ajuda humanitária, a brutalidade mantém-se.

Os povos, um pouco por toda a parte, têm saído à rua pedindo que a guerra acabe. Querem paz, justiça e a resolução deste já longo conflito do Médio Oriente, com a criação de dois Estados independentes como determina o direito internacional, incluindo diversas resoluções da ONU.

Portugal não foi excepção, e sucedem-se as manifestações, concentrações e vigílias pela paz e pela solidariedade para com o povo da Palestina.

A URAP juntou a sua voz às organizações que desde Outubro exigem o fim do massacre, a paz no Médio Oriente e o cumprimento dos legítimos direitos nacionais do povo palestiniano, participando e solidarizando-se com as inúmeras acções realizadas em todo o País. Para além das manifestações em Lisboa (8 de Dezembro e 29 de Outubro) e no Porto (26 de Novembro), das vigílias e concentrações realizadas nestas duas cidades, como também em Coimbra, ocorreram múltiplas iniciativas



em Almada, Baixa da Banheira, Beja, Braga, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Guimarães, Leiria, Montijo, Portalegre, Santarém, São João da Madeira, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu.

É urgente parar a guerra! É urgente pôr fim ao massacre!

Pela paz e pelos direitos do povo palestiniano!

URAP participou no XIX Congresso da FIR, em Barcelona

José Pedro Soares, coordenador da URAP, César Roussado, do Conselho Directivo, e Matilde Lima, do Conselho Nacional, compunham a delegação da URAP ao XIX Congresso da Federação Internacional da Resistência (FIR), que decorreu em Barcelona, na Casa Sindical das Comissões Obreras da Catalunha, nos dias 27 e 28 de Outubro.

Na intervenção que aí proferiu, José Pedro Soares afirmou que «o mundo está de novo mais perigoso e inseguro» devido às «políticas enganosas e antipopulares em muitos dos nossos países», e ao facto do «imperialismo continuar a promover e alimentar conflitos e guerras» mencionando a guerra na Ucrânia e o conflito no Médio Oriente.

Depois de caracterizar a degradação da situação mundial devido às «crises do capitalismo que constantemente se sucedem e à política belicista e de confronto, movida fundamentalmente pelos EUA e seus aliados com o permanente objectivo de domínio do mundo», o coordenador da URAP disse que «a situação internacional exige das nossas associações antifascistas uma intervenção permanente em defesa da memória histórica, da resistência e da luta antifascista que os nossos povos dolorosamente conheceram, defrontando-se com o fascismo, o nazismo e as guerras devastadoras».

Após elencar os grandes problemas que as sociedades atravessam, tais como a injustiça, desigualdade, incerteza, retrocesso nas condições de vida, dificuldade na habitação, na saúde e ensino, sublinhou que «movimentos fascistas e fascizantes, xenófobos, racistas, anti-imigrantes, se aproveitam [desta situação] para manipular e instrumentalizar segmentos da população menos informados e vítimas das políticas reaccionárias e neoliberais».

A intervenção da URAP deu conhecimento, igualmente, da actividade da URAP em Portugal. Descreveu a estrutura da organização e o trabalho desenvolvido e, destacou, ao mesmo tempo, a comemoração, em 2024, do 50.º aniversário do 25 de Abril, convidando, desde já, Ulrich Schneider, secretário-geral, e Vilmos Hanti, presidente da



FIR, a estarem presentes na conferência internacional que a URAP organiza a 26 de Abril de 2024, bem como todas as organizações de resistentes ali presentes que o desejarem.

Homenagens e decisões

O XIX Congresso da FIR iniciou-se com a cerimónia de atribuição do Prémio Michel Vanderborcht, na Câmara Municipal de Barcelona, onde foram também homenageados antifascistas que morreram. Foram discutidas e aprovadas quatro declarações, propostas pela Comissão Executiva: «Declaração sobre a Paz e a Guerra»; «Fim ao recrudescimento da extrema-direita e do populismo e ao neofascismo»; «Declaração pela preservação da Memória»; e «Apelo da FIR às Eleições para o Parlamento Europeu».

Durante o debate, a URAP interveio sobre a Palestina e Israel, condenando os



crimes e a barbárie contra as populações civis indefesas, e reafirmou a posição da URAP relativamente à guerra na Ucrânia. As propostas da URAP foram aceites e integradas no documento final.

A 29 de Outubro, promovida pela Associação da Catalunha, realizou-se uma homenagem às Brigadas Internacionais que lutaram contra o fascismo durante a Guerra Civil de Espanha. Esta homenagem decorreu junto ao Memorial onde estão gravados os nomes de mais de 2 000 combatentes fuzilados pelas tropas franquistas.

Nesse mesmo dia, realizou-se um comício, acompanhado por um momento cultural, numa praça de Barcelona, com centenas de pessoas, junto ao monumento que simboliza a luta e a generosidade das Brigadas Internacionais.

A Federação Internacional de Resistentes, que a URAP integra, foi fundada em Viena em 1951, após a II Guerra Mundial na Europa, por combatentes da resistência, guerrilheiros, sobreviventes de deportados, combatentes nas fileiras da coligação anti hitleriana e membros das suas famílias e inclui, em muitos países, antifascistas de muitas gerações. A FIR é composta por 60 organizações de 25 países da Europa, América Latina e Israel.

A Revolta Popular de Peniche de 1935



A 13 de Novembro assinala-se os 88 anos da Revolta Popular de Peniche, também conhecida por «Motim de Peniche» ou «Guerra das Espoletas», que foi uma das grandes lutas da resistência ao fascismo, contra a repressão, a miséria e a fome.

O povo de Peniche, com destaque para os pescadores e suas famílias, revoltou-se em 13 de Novembro de 1935 contra a proibição da pesca durante um ano, dos barcos condenados (por uso de dinamite, como técnica de pesca), e a prisão de 62 mestres, tendo ocupado a vila, cortado as comunicações telefónicas e telegráficas e levantado uma barricada à saída de Peniche. Foi gritada pela população a palavra de ordem «Sem pesca não há pão.» Vivía-se miseravelmente e a não ida ao mar dos barcos durante um ano agravava ainda mais a pobreza e a fome.

Quando as camionetas se encontravam na Praça Jacob Rodrigues Pereira prontas para transportar os mestres para a cadeia das Caldas da Rainha, os sinos das igrejas começaram a tocar a rebate, chamando a população à rua. O comércio e as escolas fecharam, as conserveiras aderiram à luta.

A população invadiu os carros destinados ao transporte dos mestres na tentativa de impedir a sua transferência. A massa humana segue para o Portão de Peniche de Cima, única saída da vila, barra a estrada, cortando o trânsito, para impedir a saída das camionetas.

Na zona da Prageira (antigo Juncal) foram derrubados postes telefónicos e de telecomunicações, e cortados os fios, para impedir o contacto de Peniche com o exterior. A GNR, reforçada com mais forças, vindas de outras localidades, reprime ferozmente estas acções, começando a disparar, matando a tiro o pescador Francisco Sousa e ferindo outros.

Após estes acontecimentos, a vila foi invadida por forças militares e outras forças da repressão (Policia de Vigilancia e Defesa do Estado, antecessora da PIDE), sendo decretado o «estado de sítio». A PVDE realizou 45 prisões, tendo os presos sido enviados para a prisão do Limoeiro, em Lisboa.

Os presos foram os seguintes: Acácio Vagos Varina; Álvaro Ambrósio; Antero Pereira Teixeira; António Ceia; António Domingos Guincho; António Heitor; António Nobre «O Arsénio»; António Valnove Carvalho; Asselino Ginga; Augusto Santana Veloso; Carlos Leiria Júnior; Custódio Ramizo Soisinha; Domingos Mesquita «O Marreco»; Eduardo Vieira Simões; Francisco de Castro Gonçalves «O Farruca»; Francisco Leonardo Franco «O Carélia»; Idalino Gomes «O meia mão», Inácio Eusébio; João Cupertino da Silva «João Vareia»; João Francisco Serpa «O João Vitória»; Joaquim André dos Santos; Joaquim de Jesus Godinho «O Guerra»; Joaquim Lares Couto; Joaquim Moura;

Joaquim Nunes Carveiro; José Alves da Cruz «O Vienês»; José Amandio «José Mendonça»; José André Godinho «José da Gata»; José do Carmo Homem; José Domingos da Costa; José João; José Jaime da Cruz Varela; José Joaquim de Sousa Varela; José Luís Ferreira Brilha; José da Luz; José Madeira de Campos; José Maria Francisco; José Maria Ribeiro Borges; José do Rosário Serafim «José Catarino»; Luís de Sousa «O Lio»; Manuel Eusébio Serrano «O mala preta»; Manuel Eustáquio; Marcolino Eustáquio; Norberto Mota; Umberto Narciso.

Nos dias posteriores, o regime foi obrigado, pela força dos acontecimentos, e pela luta incessante da população, a libertar os mestres e os outros detidos e a permitir que os barcos pudessem ir ao mar. Foi também com esta jornada de resistência que se conseguiu que uma reivindicação antiga dos pescadores de Peniche fosse atendida: a construção do molhe Oeste.

A luta antifascista não é um problema do passado, mas do presente. Assistimos constantemente ao branqueamento do fascismo e ao apagar da importância da luta da Resistência. Cabe aos democratas e aos antifascistas transmitir com verdade e rigor, sobretudo às novas gerações, o que custou a conquista da liberdade, o que significou o regime fascista e valorizar a luta pela democracia, pela liberdade e pela melhoria das condições de vida.

URAP evoca em Caxias «Libertadores e Libertados»

A URAP evocou a 9 de Dezembro os 62 anos da fuga de Caxias de 4 de Dezembro de 1961, uma das mais audaciosas e importantes fugas das prisões fascistas. Realizada junto ao Monumento aos «Libertadores e Libertados» (perto da Estação da CP em Caxias). A homenagem contou com as intervenções do coordenador da URAP José Pedro Soares, do participante da fuga Domingos Abrantes e de Duarte Martinho, do Conselho Nacional da URAP.

Este último destacou o «exemplo de dignidade» dos militantes evadidos, salientando - dirigindo-se a Domingos Abrantes - que «o respeito que tivestes por vós próprios granjeia-vos também o respeito dos demais. Exemplo que é por demais conhecido por todos os democratas e antifascistas, pelos trabalhadores, pelos intelectuais, pelos jovens que, neste país, hoje como ontem, continuam a luta pela defesa da liberdade e pelas demais conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril, para a qual tão importante foi a luta dos antifascistas e dos que passaram pela cadeia de Caxias».

A liberdade política que hoje temos, disse, «permite-nos prosseguir a luta pelos outros direitos conquistados em Abril com outra dinâmica. É evidentemente preferível lutar pela concretização de uma CRP com um conteúdo tão progressista como a nossa (isto que é também fruto da vossa luta) e fazê-lo com liberdade política, ainda que por vezes as arbitrariedades de alguns o procurem impedir. Temos a Constituição do nosso lado».

O jovem dirigente da URAP lembrou ainda o motivo pela qual se deu a fuga:



ela, como outras, «não foi um fim em si mesma; foi antes um meio, um decidido e voluntarioso meio, de oito dirigentes comunistas retomarem a luta junto do seu povo. Porque sempre foi essa uma ferramenta indispensável do combate pela transformação social: a luta popular de

massas e, como sabem, os antifascistas, e em especial os comunistas, desde cedo o compreenderam».

Da evocação constou ainda um momento musical com o grupo «Os Amigos de Abril».

APELO

As iniciativas que a URAP vai levar a cabo para comemorar os 50 Anos do 25 de Abril, com um programa específico, vão exigir um aumento substancial das despesas da organização, para além da intensa e diversificada actividade regular um pouco por todo o País durante o ano em curso.

Apelamos para que os associados da URAP regularizem a sua quotização e façam, caso possam, um contributo especial na época do Natal e Ano Novo.

Contamos convosco.

NIB da URAP: 0007 0021 0014 3750 00653



WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses